

ACTA nº 22/XII/ 1.ª SL

Em 20 de Dezembro de 2011, pelas 17 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão de Negócios estrangeiros e Comunidades portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte

Depois de verificado o quorum, o Senhor Vice-Presidente Carlos Gonçalves, na ausência do Senhor Presidente da Comissão em cerimónia de posse, começou a dirigir os trabalhos da Comissão e deu início à reunião com a seguinte

Ordem do Dia:

1. Informações.

2. Distribuição de iniciativas:

Programa de Trabalho da Comissão para 2012 - Concretizar a renovação europeia.

3. Apreciação de Parecer:

Proposta de Resolução nº 10/XII/1ª - Aprova o Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Portuguesa e a República do Peru, assinado em Lima, a 7 de Abril de 2010, Deputada Relatora Maria Paula Cardoso (PSD).

4. Discussão do Projecto de Resolução nº 112/XII/1ª do PCP - "Recomenda a implementação de mecanismo de salvaguarda do valor salarial dos trabalhadores do Estado Português no estrangeiro".

5. Aprovação da acta nº 21, da reunião de 13 de Dezembro de 2011.

6. Outros assuntos.

Ponto nº 1 da OD

O Senhor Presidente em exercício da Comissão informou:

- ter sido recebido o Projecto de Resolução nº 140/XII/1ª do BE - "Recomenda ao Governo que rejeite a adesão da Guiné-Equatorial na CPLP", e
- ter sido pedida a audição do Secretário de Estado da Cooperação, na sequência da reunião anterior da Comissão.

Ponto nº 2 da OD

O Senhor Presidente em exercício da Comissão informou ter sido recebido um pedido da Comissão de Assuntos europeus de parecer sobre o Programa de Trabalho da Comissão para 2012 - Concretizar a renovação europeia, que foi distribuído, de acordo com a grelha própria, ao Grupo parlamentar do BE, que elaborará o respectivo parecer.

A Senhora Deputada Mónica Ferro referiu-se à apreciação nas Comissões de Defesa nacional e de Assuntos europeus do acompanhamento interparlamentar da política externa e de segurança comum (PESC) e da política comum de segurança e defesa (PCSD), cuja apreciação considerou ser importante para a Comissão, com a necessária urgência, tendo o Senhor Deputado Paulo Pisco defendido que a Comissão se venha a pronunciar nesta matéria.

Ponto nº 5 da OD

O Senhor Presidente em exercício da Comissão registou que, não havendo objecções à acta nº 21, da reunião de 13 de Dezembro de 2011, em apreciação, esta se considerava aprovada, o que não suscitou oposição dos Senhores Deputados presentes do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP.

Ponto nº 3 da OD

A Senhora Deputada Maria Paula Cardoso aproveitou para desejar um bom Natal e apresentou o projecto de Parecer, que elaborara, na qualidade de Relatora, sobre a Proposta de Resolução nº 10/XII/1ª - Aprova o Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Portuguesa e a República do Peru, assinado em Lima, a 7 de Abril de 2010, tendo

a Senhora Deputada Maria de Belém Roseira saudado a Senhora Deputada Relatora, considerando a utilidade do tratado em causa, e desejado um bom Natal, após o que

o Senhor Presidente em exercício da Comissão colocou à consideração o projecto de Parecer em análise, que foi aprovado por unanimidade, com os votos dos Senhores Deputados presentes dos Grupos parlamentares do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP.

O Senhor Presidente em exercício da Comissão saudou os Senhores Deputados presentes e desejou umas Festas felizes.

Neste momento, o Senhor Presidente da Comissão assumiu a condução dos trabalhos da Comissão, agradecendo ao Senhor Vice-Presidente Carlos Gonçalves a presidência dos trabalhos da Comissão.

Ponto nº 4 da OD (esta parte da reunião foi gravada e o seu registo áudio faz parte integrante da acta)

O Senhor Deputado João Ramos procedeu à apresentação do Projecto de Resolução (PJR) n.º 112/XII/1.ª – (PCP) - "Recomenda a implementação de mecanismo de

salvaguarda do valor salarial dos trabalhadores do Estado Português no estrangeiro", de que é proponente, referindo também existirem outros problemas por resolver, nomeadamente com a assistência na saúde e relativos à segurança social, e fundamentou-o.

O Senhor Deputado Paulo Pisco considerou que o Projecto de Resolução tem oportunidade e que será útil criar mecanismos de protecção, nomeadamente na Suíça, o que será ainda mais importante em 2012 com a perda dos subsídios de férias e de Natal. Recordou a anterior criação de um grupo de trabalho, que veio solucionar problemas no Reino Unido. Por fim, sugeriu um aditamento ao nº 2 do Projecto de Resolução.

O Senhor Deputado Carlos Gonçalves interveio, analisando o preâmbulo do Projecto de Resolução, criticando as referências feitas ao apoio de associações empresariais portuguesas e a uma audição pelo Governo suíço, que não ocorreram. Referiu que não existe uma carreira consular e recordou anteriores correcções de situações existentes em alguns países fora da Europa. Considerou não se tratar de questão nova, interrogando-se sobre o mecanismo de correcção a adoptar para a situação cambial. Entendeu que a redacção proposta no Projecto de Resolução abrange o pessoal diplomático. Concluiu que esta situação teria sido mais facilmente corrigida nos últimos 3 anos.

O Senhor Deputado José Lino Ramos, concordando com a intervenção do Deputado Carlos Gonçalves, notou que todos os outros países utilizam este mesmo mecanismo e que a situação não existe apenas na Suíça, mas em todos os países, e afirmou que não se revêm no Projecto de Resolução.

O Senhor Deputado Paulo Pisco recordou a criação no anterior Governo do grupo de trabalho para criar uma grelha salarial para corrigir situações como esta e que o Governo teve que apresentar a demissão perante a crise política. Disse não aceitar que haja funcionários consulares na Suíça que ganham o mesmo que o escalão mínimo salarial suíço, explicando o seu ponto de vista.

O Senhor Deputado Carlos Gonçalves recordou que o Sindicato não conhece o grupo de trabalho referido e que o anterior Governo recrutou trabalhadores consulares em outros países a ganhar menos que o salário mínimo.

O Senhor Deputado João Ramos concordou que o problema é antigo, mas sublinhou que os trabalhadores consulares na Suíça sofrem, para além dos cortes salariais como em Portugal, as diminuições das variações cambiais. Considerou que, quanto mais tempo a situação demorar a ser corrigida, pior estará. Deu explicações sobre o nº 2 mencionado, admitindo a sua alteração de acordo com o debate anterior.

O Senhor Presidente da Comissão recordou que as propostas de alteração poderão ser apresentadas por forma a ser enviadas para debate em Plenário.

O Senhor Deputado Paulo Pisco salientou que o Chefe de Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros já se referiu ao grupo de trabalho, dialogando com o Senhor Deputado Carlos Gonçalves, que disse acreditar no Sindicato, que disse não conhecer o grupo de trabalho.

A Senhora Deputada Maria João Ávila respondeu à intervenção do Deputado João Ramos.

Não foram apresentadas quaisquer propostas de alteração.

Ponto nº 6 da OD

O Senhor Presidente da Comissão, após diálogo com os Senhores Deputados presentes, informou que a próxima reunião da Comissão terá lugar no dia 3 de Janeiro de 2012.

A reunião foi encerrada às 18 horas e 5 minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Palácio de São Bento, 22 de Dezembro de 2011.

O Presidente da Comissão



(Alberto Martins)